



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO AO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022

De Acordo:

Leandro Mafféis Milani
Prefeito Municipal

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2022 – EDITAL Nº 243/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HOME CARE, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

I – PRELIMINARMENTE

Trata-se de recurso administrativo interposto, **TEMPESTIVAMENTE**, pela empresa **HOME CARE CENE HOSPITALAR LTDA (CNPJ Nº 02.643.405/0001-73)**, estabelecida na Rua Ullisses Jamil Cury nº 850, Distrito Industrial Ulysses da Silveira Guimarães, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, doravante denominada **RECORRENTE**, contra a decisão a qual habilitou a empresa **HENRIQUE SARTORI COUTINHO FISIOTERAPIA – ME (CNPJ Nº 19.733.410/0001-70)**, estabelecida na Rua João Rodrigues Lopes nº 538 Sala B, Bairro Centro, na cidade de Bilac, Estado de São Paulo, denominada **RECORRIDA**.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que foram cientificados os demais licitantes da existência e trâmite do recurso administrativo, havendo a apresentação de memoriais de contrarrazões pela empresa **HENRIQUE SARTORI COUTINHO FISIOTERAPIA – ME**.



III – SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

A empresa **HOME CARE CENE HOSPITALAR LTDA** vem através de seus respectivos memoriais apresentar recurso administrativo quanto ao resultado da etapa de habilitação, ocasião em que a empresa **HENRIQUE SARTORI COUTINHO FISIOTERAPIA – ME** foi declarada habilitada, tendo sido provisoriamente vencedora dos itens nº 01, 03, 04, 10 e 11 do presente certame.

Em seus argumentos, a **RECORRENTE** informa que a empresa recorrida não apresentou documentos de acordo com o solicitado em edital, e conforme elencado pela mesma:

- a) Contrato Social / Requerimento de empresário desatualizado;
- b) Certidão municipal vencida;
- c) CNES desatualizado e com endereço divergente.

Assim, diante das inconsistências apontadas, requer que sejam acolhidas as razões recursais e desclassificada a empresa **HENRIQUE SARTORI COUTINHO FISIOTERAPIA – ME**.

Nos memoriais da recorrente também é citada a empresa **INTERMED ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR S/S**, porém esta empresa não participou do certame, sendo considerado apenas como um erro de digitação no modelo utilizado.

A **RECORRIDA** e demais licitantes, por sua vez, foram cientificadas na plataforma BLL e também via e-mail da existência de recurso administrativo, apresentando para tanto seus memoriais com contrarrazões.

Em suas contrarrazões, a **RECORRIDA** afirma que foi apresentando o Registro Comercial (Requerimento de Empresário) com ramo de atividade compatível, enquanto que com relação à certidão municipal informa que foi apresentada a certidão vencida, todavia é assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis para regularização.

Com relação ao CNES, a recorrida informa tratar-se de mero formalismo, passível de regularização, tendo em vista que tendo em vista que os atendimentos serão prestados nos domicílios dos pacientes e não no endereço físico da empresa.

Demais licitantes não apresentaram contrarrazões.

É o relatório.

IV – DO MÉRITO

O recurso será conhecido e julgado, uma vez que o mesmo foi protocolado tempestivamente e reúne condições de sua admissibilidade, cujas as razões recursais **não serão acolhidas**, pelos motivos a seguir expostos:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

O primeiro ponto a ser abordado é o registro de empresário apresentado pela RECORRIDA. O edital nos traz a seguinte exigência em sua Cláusula 14.2.2 alíneas a, b, c, d, e, para fins de sua habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou, certificado previsto no art. 23 da resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, se for o caso;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

A recorrida por sua vez apresentou o documento de Requerimento de Empresário, registrado na respectiva Junta Comercial, **o qual encontra-se em conformidade com a exigência da Cláusula 14.2.2 alínea “a”**.

Ainda neste ponto, verifica-se que alterações que ocorreram posteriormente na Junta Comercial do Estado de São Paulo referem somente à inclusão / alteração do objeto social da sede, o qual não interferiu em sua participação no certame, visto que não deixou de atuar no ramo. Portanto, apta a participação no certame.

Com relação à Certidão Municipal, tal exigência está prevista no edital em sua Cláusula 14.2.3 alínea c.2:

- c.2) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

A certidão apresentada pela recorrida na ocasião da sessão encontrava-se de fato expirada, uma vez que possuía o prazo de validade de 30 (trinta) dias a partir de sua emissão, sendo o prazo final 21/09/2022. Todavia, a recorrida **está enquadrada como microempresa**, conforme declaração própria e certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Assim, a mesma faz jus à regularização desta, face ao disposto na Cláusula 14.3.9 e 14.3.10 do Edital, as quais nos trazem:

- 14.3.9.** As exigências de habilitação relativas à **regularidade fiscal e trabalhista**, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão ser apresentadas mesmo havendo alguma restrição.
- 14.3.10.** Comprovada a restrição na **regularidade fiscal e trabalhista relativa às microempresas e**



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

empresas de pequeno porte, serão assegurados 05 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogáveis por igual período havendo motivo devidamente justificado e aceito pelo (a) pregoeiro(a) oficial, nos termos do § 1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014 e 155/2016, a contar do primeiro dia útil subsequente à data da lavratura da Ata de Pregão.

O Artigo 43 §1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 dispõe:

§1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

De ofício, o Pregoeiro solicitou que a empresa apresentasse a certidão de débitos com a fazenda municipal atualizada, a qual foi apresentada pela recorrida dentro do prazo de vigência.

Aborda-se agora a exigência do comprovante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES. A exigência deste documento está prevista na Cláusula 14.2.6.1.4 do Edital, e trata-se de solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Saúde.

A alegação da recorrente sobre as divergências nos dados cadastrais não serão consideradas neste momento, uma vez que esta exigência não está inclusa no rol de documentos de habilitação disposto pela Lei Federal nº 8.666/93, **portanto não considerado como requisito comum de habilitação pelo Pregoeiro.**

O edital nos traz em sua Cláusula **14.2.6.1:**

14.2.6.1. Ao ser declarada vencedora, a Licitante deverá apresentar, **em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública**, os seguintes documentos. (GRIFEI)

Assim, verifica-se que o referido comprovante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde não era exigência naquele momento, e por não se tratar de requisito comum de habilitação, será apreciado oportunamente por Comissão instituída pela requisitante, qual seja a Secretaria Municipal de Saúde.

Salienta-se que este prazo encontra-se SUSPENSO até o julgamento e veiculação dos recursos administrativos.

O Art. 2º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o qual regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos traz os princípios a serem observados:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Verificou-se, portanto, que todos os requisitos foram cumpridos pela recorrida, bem como respeitados todos os princípios que norteiam as licitações em todos os atos praticados neste certame.

V – DA DECISÃO

Diante os fatos apresentados, decide-se pelo **CONHECIMENTO** do recurso administrativo apresentado pela recorrente, e no mérito, pelo seu **IMPROVIMENTO**, mantendo-se a habilitação da empresa **HENRIQUE SARTORI COUTINHO FISIOTERAPIA – ME**.

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para concordância, e após remeta-se à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos para publicação do resultado na Imprensa Oficial, Diário Oficial do Município e Jornal Local.

Birigui, ao treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois.

Ênio Nicolau Linares Garcia

Pregoeiro Oficial